

IDENTIFICAÇÃO

INICIATIVA INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA DO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

A iniciativa pretende instituir o Sistema de Governança do Poder Judiciário Tocantinense estruturando a forma de ação dos diversos atores internos ou externos nas tomadas de decisões e na elaboração de diretrizes. O Sistema de Governança sugere o balanceamento de poder e autoridade, isto é, evitar a concentração de poder, autoridade e responsabilidade nas mãos de um ou poucos indivíduos. Assim, sugere-se formalizar a estrutura administrativa e atribuição de responsabilidades da cúpula da instituição na elaboração de diretrizes, execução, monitoramento e prestação de contas de suas ações. Pretende-se, ainda, estabelecer as instâncias de governança: instâncias externas de governança, instâncias externas de apoio à governança, instâncias internas de governanças e Instâncias internas de apoio à governança.

DESCRIÇÃO DO ESCOPO DA INICIATIVA

A iniciativa se propõe sugerir a criação e implantação de mecanismos para evitar que conflitos de interesse influenciem as decisões e ações de membros da alta administração e dos conselhos ou colegiado superior; para avaliar, direcionar e monitorar a gestão da organização; para estabelecer diretrizes para a gestão da organização e pelo alcance dos resultados previstos; para responsabilizar-se pela gestão de riscos e controle interno; para estabelecer as instâncias de governança; para garantir o balanceamento de poder e a segregação de funções críticas; para estabelecer estrutura de gestão de riscos e prover a accountability e transparência dos sistemas de governança e de gestão.

RESULTADOS ESPERADOS

Estabelecer sistema de governança com poderes de decisão balanceados e funções críticas segregadas. Formulação, implantação e monitoramento da estratégia própria da justiça. Criação de mecanismos para garantir a confiança, a eficiência, a transparência e o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário. Ambiente mais seguro e favorável para implementação de diretrizes em benefício do jurisdicionado.

Alterações, adequações e criação de normativos internos, a exemplo da Resolução nº 17 e criação de Regulamento Interno.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

- () Adoção de soluções alternativas de conflito
- () Aprimoramento da gestão da justiça criminal
- (X) Instituição da governança judiciária
- () Combate à corrupção e à improbidade administrativa

- Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes
- Melhoria da Gestão de Pessoas
- Melhoria da infraestrutura e governança de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação)
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas
- Aperfeiçoamento da Gestão de Custos

CLIENTES DO PROJETO

Todo o Poder Judiciário Tocantinense.

TCE – Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Ministério Público

Defensoria Pública

JUSTIFICATIVA

A implantação da governança no Judiciário Tocantinense se justifica, considerando que a aplicação em órgãos da Administração Pública visa criar mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a atuação de sua gestão. As atividades de gestão focalizam o planejamento, execução e controle dos processos organizacionais, finalísticos ou de apoio. As atividades de governança garantem que as atividades de gestão e o comportamento da alta administração serão avaliados, direcionados e monitorados para alcance máximo das expectativas das partes interessadas.